



**Carta dos alunos, alunas, professores e professoras do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Núcleo Takinahaky de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Goiás**

Nós, abaixo assinados, estudantes, professores indígenas e não indígenas do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Núcleo Takinahaky de Formação Superior Indígena (NTFSI) da Universidade Federal de Goiás (UFG), vimos por meio desta carta manifestar nosso repúdio e profunda indignação em relação às recentes ações do atual governo interino frente à questão indígena no país.

Atos como a paralisação das demarcações de terras indígenas; o corte anunciado de 33% do orçamento da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que diminui o quadro de funcionários principalmente nas Coordenações Técnicas Locais (CTLs); a tentativa de nomeação à presidência da FUNAI de um aliado da bancada ruralista; a paralisação das atividades do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI); a possível municipalização ou privatização da saúde indígena; o desmonte de outros órgãos e políticas públicas voltadas aos povos indígenas tais como: o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Secretaria de Direitos Humanos e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação reafirmam e intensificam o histórico desrespeito às populações indígenas no país.

Estas ações representam profundo retrocesso e reproduzem a histórica postura

violenta do Estado brasileiro para com as populações indígenas. Deixam evidente ainda que apesar da luta política e da resistência das populações indígenas, continuamos ainda hoje ameaçados e sofrendo constantes ataques contra nossos direitos e nossas vidas, como fica claro na trágica situação de genocídio vivida pelos parentes Guarani e Kaiowá.

Tais políticas possuem evidentemente relação direta com a atuação dos poderes republicanos e, especialmente, com a relação entre a atual presidência e o Congresso Nacional, constituído em grande parte pela bancada ruralista, adversária histórica dos direitos indígenas. Tal relação fortalece a ofensiva contra os direitos dos povos indígenas, evidenciada, por exemplo, na ainda sistemática discussão contida na PEC 215, que visa prejudicar processos legais de regularização fundiária e, ainda, em tantas outras ameaças burocráticas e institucionais.

Sabemos que a lentidão e a irresponsabilidade do Estado brasileiro em solucionar as demandas das populações indígenas, assim como a enorme dificuldade em respeitar, na prática, a Constituição, que possui artigos importantes para a causa indígena, assim como em fazer valer a legislação internacional, da qual o país é signatário, como por exemplo a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), são as causas fundamentais da difícil situação vivida por muitos povos indígenas.

**Exigimos respeito! Exigimos o cumprimento da lei!**

A despeito dessa situação inaceitável, nós professorxs indígenas, formadorxs de opinião dentro de nossas comunidades e professorxs não indígenas do NTFSI repudiamos qualquer ameaça ao bem viver. Por isso, expressamos nossa profunda indignação às constantes tentativas de retrocesso na questão indígena no Brasil e nosso apoio à mobilização nacional "OCUPAFUNAI" organizada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB - e pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB.

Goiânia, 11 de julho de 2016.